

Em defesa do Distrito Federal



» IBANEIS ROCHA
Governador do
Distrito Federal

É hora de mobilizar toda a nossa classe política, nossos representantes na Câmara dos Deputados, no Senado, os deputados distritais, independentemente de ideologias ou partidos, para trabalhar juntos na defesa do Fundo Constitucional do Distrito Federal, como o próprio nome diz, um imperativo constitucional que não pode continuar sob a ameaça de cortes em meio a pacote de ajuste fiscal do governo. É inaceitável. Momentos como esse requerem grandeza das pessoas que receberam a confiança dos eleitores para representá-los e defender os interesses de nossa capital. Por coincidência, a proposta de alteração das regras do Fundo Constitucional ressurgiu no momento em que o DF vem sendo apontado em vários estudos como exemplo de eficiência na utilização de recursos para melhoria da qualidade de vida da população em áreas como necessidades humanas básicas (alimentação, saneamento, segurança), fundamentos de bem-estar (saúde, educação e meio ambiente), além de inclusão social e proteção aos direitos individuais. Há críticas à administração, por óbvio, mas não no sentido de que há omissão. Ao contrário. Muitas vezes, por desinformação, atacam-se ações do governo onde é proibido ficar parado.

Também os setores produtivos, as associações, os sindicatos, as entidades representativas, o trabalhador, do mais simples ao mais qualificado, o servidor público, cidadãos e cidadãs devem levantar a sua voz para mostrar que o Fundo representa uma conquista que transcende questões regionais; é a materialização de uma visão republicana que reconhece o papel singular de Brasília como a capital de todos os brasileiros.

De novo, conspira-se contra o DF, e, se não agirmos a tempo, perderemos a condição, inclusive, de abrigar as sedes dos Três Poderes e as representações diplomáticas dos países com os quais nos relacionamos. Estarão comprometidas atividades essenciais e em risco a estabilidade de uma região que abriga mais de 3 milhões de pessoas.

Não é alarmismo. A explicação para isso é simples: nossa capital não possui um parque industrial, não desfruta das benesses de royalties por exploração de petróleo (estamos a mais de mil quilômetros do mar) e não dispõe de vastas áreas para cultivo e agropecuária de exportação. Representando uma parcela significativa do orçamento total do Governo do Distrito Federal, o Fundo significa, na essência, a própria sobrevivência daquilo que um dia Juscelino Kubitschek sonhou para levar desenvolvimento ao interior do Brasil.

Brasília tornou-se estratégica tanto na geopolítica quanto no planejamento do país. Com seus 5.802 quilômetros quadrados, a menor das unidades federativas funciona como uma ponte de desenvolvimento, unindo os quatro pontos cardeais do Brasil. Somada ao Entorno,

a população ultrapassa os 4 milhões, exigindo capacidade de gestão para garantir serviços públicos em áreas prioritárias, como segurança pública, saúde e educação. Todas cobertas pelo Fundo, como é de largo conhecimento do governo federal e por inúmeras vezes destacadas pelos nossos representantes no Congresso Nacional.

No ano passado, quando se cogitou tal ideia, a maioria dos parlamentares convenceu-se da necessidade de manter o Fundo, num claro reconhecimento de se preservar os serviços essenciais de Brasília como centro político e sede dos poderes. A partir daí, julgamos a matéria vencida. Porém, é intrigante, para se dizer o mínimo, que agora o tema retorne em meio a medidas de corte de gastos, num palavrado cujo significado na economia do DF seria desastroso já no próximo ano. Dá para imaginar o efeito devastador na vida das pessoas, na qualidade de vida de uma cidade que nasceu para ser modelo nos serviços públicos.

Durante a construção de Brasília, JK enfrentou forte oposição, ora daqueles que não queriam deixar a Guanabara e se mudar para "o mato", como se dizia à época, ora dos que conspiravam contra os planos desenvolvimentistas do governo, o conhecido plano de metas. Achavam Brasília um obstáculo a tudo e desprezavam a visão futurista do presidente. É como se algumas pessoas, por uma razão ou outra, ainda continuem com esse pensamento, 64 anos depois.

Pois saibam que Brasília continua símbolo de um Brasil cheio de confiança no seu futuro. Está no coração de todos os brasileiros.

O Brasil, o Uruguai e a integração regional



» PEDRO SILVA BARROS
Pesquisador do Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada. Foi diretor de
assuntos econômicos da União de
Nações Sul-Americanas (Unasul)

pelas características geopolíticas do Brasil, especialmente em um período de incertezas, sua política externa deveria se pautar pelo não alinhamento ativo. Em poucas palavras, manter a equidistância entre os principais polos de poder, construindo agendas positivas para o interesse nacional com cada um deles, e a prioridade inequívoca à integração regional.

Integração sólida e perene não é uma ação ou política pública imposta aos vizinhos, mas construção conjunta de longo prazo de todos os países envolvidos, incluindo muitos atores privados e subnacionais. Demanda paciência histórica e coesão regional, que vai muito além dos governos nacionais ou dos presidentes de turno.

Yamandú Orsi, presidente eleito do Uruguai, esteve nesta semana em Brasília e declarou, após encontro com Lula, que "a relação entre os países sul-americanos precisa ser mais forte do que nunca diante de um mundo convulsionado, sob intensas mudanças e com alto grau de imprevisibilidade". Também externou expectativa positiva em relação ao acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Esse mesmo otimismo declaratório tinha sido manifestado nos últimos anos por mais de uma dezena de presidentes recém-eleitos de diferentes colorações na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Dias antes, o experiente ex-mandatário uruguaio José Mujica avaliou em entrevista a um canal televisivo brasileiro que o acordo não aconteceria, principalmente pelas posições da França e Polônia. Questionado sobre qual seria o plano B, não titubeou: tratar de melhorar nossas relações com a China.

O contexto internacional atual é diferente daquele de 15 anos atrás. O aumento do protagonismo chinês, a crise do sistema multilateral, a revitalização das políticas protecionistas em vários países do norte global, redesenham as relações internacionais. Trata-se de um momento de polarização multinível que abarca também profundas divisões políticas internas em vários países do Atlântico Norte e da América Latina, regiões que perderam peso geopolítico relativo nesse período.

Isso, somado à fragmentação da governança regional e a menor interdependência econômica, tende a levar a uma corrida individual dos países a associação com as grandes potências. Hoje, a América do Sul está vulnerável às ingerências extrarregionais, fragilizando o Brasil e diminuindo seu tamanho no sistema internacional.

No primeiro mês de seu mandato, Lula esteve na Argentina e Uruguai. Em seguida visitou Washington, Pequim e as capitais europeias. Afirmou a todos a prioridade regional e o interesse de aprofundar sinergias com as principais potências extrarregionais. Isso permitiu que com 150 dias de governo, os presidentes da América do Sul de todos os espectros ideológicos se sentassem à mesma mesa para acordarem o Consenso de Brasília.

Seus nove parágrafos externavam o interesse comum de manter o diálogo político e avançar na agenda econômica. Lula apresentou 10 pontos para o debate coletivo, tais como colocar a poupança regional a serviço do desenvolvimento, aprofundar a identidade sul-americana também na área monetária, atualizar a carteira de projetos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) e lançar a discussão sobre a constituição de um mercado sul-americano de energia.

De lá para cá, novas complexidades se apresentaram em nosso entorno, da Argentina de Milei à Venezuela de Maduro. Afora iniciativas pontuais com pouca concertação regional e declaração de intenções, nenhum resultado concreto significativo nos últimos 18 meses. O peso na América do Sul no comércio exterior do Brasil está estagnado em um nível bem abaixo do de 2010 e a instabilidade política e social na América do Sul aumentou. Crises com diferentes causas ganham contorno, por exemplo, na Bolívia, Equador e Peru.

Há, portanto, muito a ser feito no próximo biênio e alguns caminhos se apresentam se não repetirmos os erros da última década.

Mujica nos sugere que nossa relação com terceiros deve ser construída regionalmente. Independentemente dos avanços nas negociações em curso com a União Europeia, devemos entender que integração econômica vai muito além de acordos comerciais e envolve, por exemplo, integração financeira e de infraestrutura. A agenda do Mercosul, que agora conta também com a Bolívia, e do conjunto da América do Sul, deve ser atualizada ao novo cenário.

Devemos retornar e liderar a modernização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, um instrumento financeiro para promover o comércio intrarregional no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), cuja sede está em Montevidéu. Ao mesmo tempo, o Brasil deve entrar no Fundo Latino-Americano de Reservas, como fizeram Chile, Paraguai e Uruguai no período de auge da integração. Esses dois mecanismos regionais ampliam a possibilidade de sinergias entre a América do Sul e os Brics. Coincidentemente, o Brasil preside o Brics, justo quando o bloco prioriza alternativas financeiras ao monopólio do dólar.

Sobre infraestrutura, um risco do relacionamento exclusivamente bilateral entre os vizinhos e potências extrarregionais, como tem prevalecido nos últimos anos, é que os projetos liguem apenas jazidas e áreas agrícolas a grandes portos, desintegrando a região. A revitalização do Cosiplan e o estabelecimento de um mercado sul-americano de energia são as bases para que a América do Sul construa sua capacidade de planejamento, defina em conjunto suas prioridades e regras para poder estabelecer sinergias adequadas com atores externos. A partir daí, estaremos prontos para participar da Nova Rota da Seda e eventuais iniciativas similares da Europa e dos Estados Unidos.



O STF e os 40 anos de Bhopal



» LEOMAR DARONCHO
Procurador do Trabalho

Na quarta década da maior catástrofe da indústria química, o Supremo Tribunal Federal (STF) está por decidir uma das mais importantes questões ambientais. Da decisão depende a efetiva proteção dos brasileiros expostos aos agrotóxicos.

Em 3 de dezembro de 1984, a cidade de Bhopal, na região central da Índia, registrou o maior acidente industrial da história. A explosão da fábrica de agrotóxicos deixou entre 4 e 10 mil pessoas mortas imediatamente. A fabricante negou-se a fornecer informações, dificultando o socorro de 200 mil pessoas intoxicadas pela nuvem de veneno. Estimam-se 25 mil casos de cegueira e 50 mil incapacitados para o trabalho. A data emblemática marca o Dia Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos.

A desoneração tributária de agrotóxicos é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.553. A ação questiona regras de convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária que reduzem em 60% a base do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre agrotóxicos, além de dispositivos que zeram o Imposto sobre Produtos Industrializados.

Em 5 de novembro, foi realizada audiência pública no STF, conduzida pelo relator, ministro Edson Fachin. Foram dezenas de manifestações de representantes do setor econômico, trabalhadores, governo, cientistas e entidades, além da sociedade civil.

O setor econômico buscou demonstrar a relevância da atividade econômica que desfruta dos benefícios fiscais há quase 30 anos. Muitos dos representantes de entidades e da sociedade civil demonstraram a iniquidade das vantagens tributárias concedidas a um setor que se anuncia com grande pujança econômica e usa insumos químicos especialmente na produção de commodities de exportação. Foram apresentados dados impactantes do comprometimento do meio ambiente e da saúde de trabalhadores e da população exposta a produtos tóxicos. Chamou a atenção a falta de representante do Ministério da Saúde, área diretamente impactada pelo estímulo ao uso de agrotóxicos.

No Brasil, a tragédia silenciosa e subnotificada é sentida pelas vítimas do espalhamento do veneno na forma de enfermidades crônicas, dado reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde (MS).

No mesmo 5 de novembro, o Ministério da Saúde publicou a Lista atualizada de Doenças Relacionadas ao Trabalho, com o objetivo de orientar as ações de vigilância e promoção da saúde. São mais de 40 enfermidades decorrentes da exposição dos trabalhadores aos agrotóxicos, com várias modalidades de câncer, linfomas, leucemia, hipotireoidismo, Parkinson e depressão.

Em 2023, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) demarcou posição contra as práticas de uso de agrotóxicos, ressaltando os riscos à saúde, em especial nas causas do câncer. Indicou que o intensivo uso de agrotóxicos gera grandes malefícios, como poluição ambiental e intoxicação de trabalhadores e da população. O documento aponta o fato de o Brasil permitir o uso de agrotóxicos proibidos em outros países.

A isenção de impostos concedida à indústria de agrotóxicos é apontada pelo Inca como um grande incentivo ao uso que vai na contramão das medidas protetoras, decorrentes do princípio da precaução, que recomenda ações que reduzam progressiva e sustentadamente o uso de agrotóxicos.

Causou surpresa a manifestação da Advocacia Geral da União, favorável à renúncia de receitas, em pauta contrária ao interesse do erário, justamente quando o governo se debate com a crise orçamentária ou colapso fiscal.

Quanto à manifestação dos representantes do Ministério da Agricultura, favorável à continuidade da desoneração e indiferente aos dados que apontam os danos à saúde dos trabalhadores, proprietários ou empregados, chamou a atenção a resistência ao uso da expressão adotada pela lei e pela Constituição: "agrotóxico", escolhendo usar o eufemismo "defensivos", que compõe a estratégia de marketing do setor beneficiado pela desoneração.

Essa estudada cautela demonstra um alinhamento com a indústria química que traz preocupação adicional, pois a recente alteração na legislação dos agrotóxicos (Lei nº 14.785 / 2023) concentrou no Ministério da Agricultura a competência exclusiva para o registro de pesticidas. As áreas da Saúde e do Meio Ambiente ficaram com função secundária.

A grave decisão do STF, felizmente, dá-se no contexto em que tem havido compromisso com a Agenda 2030 — Pacto do mundo civilizado com o desenvolvimento sustentável. Há esperanças de que não seja perpetuada a silenciosa tragédia de Bhopal em nossas fronteiras agrícolas.